

MINUTA
ATA DA XX REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH

Abertura. Às dez horas do dia cinco de novembro de dois mil e oito, no Auditório do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, localizado no Eixo Monumental, Via S1, Sudoeste – Brasília/DF, foi iniciada a XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, sendo convidados para composição da mesa o Sr. Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH e o Sr. Antônio Divino Moura, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Com a palavra, o **Sr. Antônio Divino Moura** iniciou dando bom dia aos conselheiros e demais presentes. Falou da importância desta reunião, agradeceu pela oportunidade do INMET recepcionar a reunião do CNRH e colocou-se à disposição de todos. O **Sr. Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, justificou a ausência do Ministro Carlos Minc, Presidente do CNRH, que estaria cumprindo agenda com o Ministro da Justiça. Informou, ainda, que o Ministro Carlos Minc estaria presente da sessão solene de comemoração dos 10 anos de instalação do CNRH, na parte da tarde. Comentou sobre a satisfação de estar participando pela primeira vez de uma reunião do CNRH e, em seguida, fez uma apresentação da sua experiência profissional. Dando continuidade à reunião, convidou para compor a mesa o **Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente - MMA**, para auxiliar nos trabalhos. O **Sr. Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, explicou a lógica da reunião, que diferentemente das demais, teria três momentos. Um primeiro momento, onde seguir-se-ia a pauta, analisando as matérias deliberativas. No início da tarde, impreterivelmente às 14h, ocorreria uma sessão solene comemorativa aos 10 anos de instalação do CNRH, com a presença do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc e os Ministros que já presidiram esse Conselho e lançamento de publicações. Concluída essa sessão, os trabalhos deliberativos seriam retomados. Informou que a agenda do dia consta da pauta encaminhada anteriormente aos Conselheiros e declarou aberta a sessão. A seguir, solicitou ao **Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, a confirmação do quórum e a leitura dos informes e procedimentos regimentais. Após a leitura, o **Sr. Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, alertou para a importância de serem respeitados os tempos determinados, sendo quinze minutos para apresentação da matéria, três minutos para a discussão e de vinte minutos para a apresentação sobre o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água. Comunicou que a presente reunião teria sua transmissão via internet. O objetivo seria utilizar as tecnologias disponíveis para permitir que toda a sociedade pudesse acompanhar as discussões no âmbito do plenário do CNRH. Prosseguindo, solicitou ao **Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, a leitura de informe sobre os novos Conselheiros indicados: o Ministério da Fazenda indicou o Sr. Andrey Goldner Baptista Silva, como Conselheiro Titular e o Sr. Bruno Ferreira Maceió, como Conselheiro Suplente; o Ministério da Cultura indicou o Sr. Paulo Brum Ferreira, como Conselheiro Titular; o Ministério das Cidades indicou o Sr. Rodrigo Fraga Massad, como Conselheiro Suplente; o Ministério da Integração Nacional indicou o Sr. Rosalvo de Oliveira Junior e o Sr. José Luiz de Souza como Conselheiros Suplentes; o Ministério da Defesa indicou o Sr. Wagner Lopes de Moraes Zamith, como Conselheiro Titular; o Ministério de Minas e Energia indicou o Sr. Altino Ventura Filho, como Conselheiro Titular e o Sr. Pedro Alves de Melo, como Conselheiro Suplente; o Segmento de Usuários, Indústrias, indicou a Sra. Elisa Romano Dezolt e a Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos como Conselheiras Suplentes; e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba indicou o Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro como Conselheiro Suplente. Após a leitura, o **Sr. Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, declarou empossados e saudou os novos Conselheiros do CNRH, desejando-lhes boas vindas. Também agradeceu àqueles ora substituídos pela contribuição inestimável para a viabilização e implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil. Em seguida, perguntou ao

51 Plenário se existiria alguma matéria a ser incluída em regime de urgência ou a ser retirada de pauta.
52 Não havendo manifestações, solicitou ao Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao
53 CNRH, que procedesse à leitura da ordem do dia, conforme a seguir: 1. Aprovação da Ata da XXII
54 Reunião Extraordinária do CNRH; 2. Deliberação sobre propostas de Resolução; 2.1 – Dispõe
55 sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos,
56 encaminhada pela CT de Integração de Procedimentos e Ações de Outorga e Ações Reguladoras;
57 2.2 - Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas
58 subterrâneas no território brasileiro, encaminhada pela CT de Águas Subterrâneas; 2.3 - Altera as
59 competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de
60 junho de 1999, encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos; 2.4 – Regulamenta
61 o inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, encaminhada pela CT de Análise de
62 Projeto; 3. Deliberação sobre proposta de Moção; 3.1 - Recomenda princípios e prioridades de
63 investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos, encaminhada pela CT de
64 Ciência e Tecnologia; 4. Apresentação; 4.1 – “Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da
65 Água” – Sr. Carlos Motta Nunes, especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas –
66 ANA. 5. Informes e Encerramento. O Intervalo para o almoço será das 12h30 às 14h. O Sr. **Márley**
67 **Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, informou que às 14 horas seria dado início
68 à Sessão Solene Comemorativa dos 10 anos de instalação do CNRH com as seguintes atividades:
69 homenagem aos ex-presidentes do CNRH; lançamento da logomarca do CNRH; lançamento da 6ª
70 Edição do Livro “Conjunto de Normas Legais”; apresentação do novo site do CNRH e o
71 lançamento de quatro cartilhas que abordam a incorporação de gênero na gestão das águas, pela
72 Aliança do Gênero e da Água – GWA. Após o encerramento dessa Sessão Solene será retomada a
73 ordem do dia. Não havendo propostas de alteração da ordem do dia, o Sr. **Vicente Andreu Guillo,**
74 **Secretário Executivo do CNRH**, passou ao **Item 1. Aprovação da Ata da XXII Reunião**
75 **Extraordinária do CNRH** e abriu a palavra para as observações e correções existentes. Isto posto,
76 o Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, considerou a Ata da XXII Reunião
77 Extraordinária do CNRH aprovada por unanimidade e passou ao **Item 2 - Deliberação sobre**
78 **propostas de Resolução: Item 2.1 – Deliberação sobre proposta de Resolução que dispõe sobre**
79 **procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos,**
80 encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos e Ações de Outorga e Ações
81 Reguladoras - CTPOAR. Convidou a Presidente da CTPOAR, Sra. Leila de Carvalho Gomes, para
82 encaminhar a matéria (**ANEXO 1**). Esta cumprimentou a todos e disse que iria apresentar um relato
83 (**ANEXO 2**) das atividades desenvolvidas pela CTPOAR, e que contou com a colaboração da
84 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS. Disse que a apreciação do tema aconteceu a partir
85 da iniciativa da Agência Nacional de Águas, que encaminhou Ofício sugerindo a revisão da
86 Resolução CNRH Nº 12. Em seguida, a **Sra. Leila Carvalho, Presidente da CTPOAR**,
87 apresentou uma descrição dos artigos da resolução. Por fim, declarou que atua na CTPOAR desde o
88 ano 2000 e que, com muita satisfação, recebeu, em recente evento realizado na Agência Nacional
89 de Águas, manifestações por parte de representantes de órgãos outorgantes de que as resoluções do
90 CNRH sobre outorga são bastante utilizadas e servem de orientação para a ação desses órgãos nos
91 estados. Após a apresentação da matéria, o Conselheiro **Francisco Lobato (OTEP)** abriu os
92 debates, ressaltando a importância do programa para efetivação do enquadramento citado no
93 parágrafo 4º do artigo 2º da proposta de resolução. Sugeriu que no artigo 7º fosse inserido o
94 conceito de que o programa para efetivação do enquadramento seja a expressão dos objetivos e
95 metas articulados com o plano de bacia hidrográfica. O Conselheiro **Rosalvo de Oliveira Junior**
96 **(MIntegração)** apresentou sugestões sobre o terceiro considerando e o inciso IX do artigo 4º,
97 inclusive, com a inserção do zoneamento industrial e agrícola, pois os mesmos seriam instrumentos
98 de organização territorial no espaço municipal. O Conselheiro **Paulo Paim (CERH/RS)**
99 cumprimentou a CTPOAR pelo trabalho desenvolvido e sugeriu uma modificação no parágrafo 1º
100 do artigo 2º com a inserção do seguinte trecho: *estabelecimento de objetivos de qualidade.*

101 Apresentou, também, sugestão de forma no parágrafo 2º do artigo 3º. O Conselheiro **Júlio César de**
102 **Sá da Rocha (CERH/BA)** parabenizou o trabalho elaborado pela CTPOAR. Aproveitou a
103 oportunidade para destacar a função estruturante das Câmaras Técnicas para o CNRH. Lembrou
104 que sem as Câmaras Técnicas não seriam possíveis os avanços e conquistas alcançados pelo CNRH
105 nesses 10 anos. Mencionou que o enquadramento dos corpos de água seria um instrumento
106 importante para a gestão participativa nos comitês de bacia. Solicitou o acréscimo de um
107 considerando que destacasse a necessidade de articulação da política de recursos hídricos com a
108 política de saneamento. O Conselheiro **Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP)** solicitou alguns
109 esclarecimentos sobre a possibilidade de aplicação dessa resolução aos comitês de rios de domínio
110 dos estados. Apresentou sua preocupação com a necessidade de revisão dos enquadramentos feitos
111 com base na resolução CNRH nº 12, caso a proposta de resolução fosse aprovada. Ademais,
112 indagou qual seria a área de abrangência para as águas superficiais e subterrâneas para a definição
113 do enquadramento. Por último, solicitou uma manifestação dos representantes da ANA sobre os
114 custos adicionais advindos com a proposta de resolução. Nesse momento, o Sr. **Vicente Andreu**
115 **Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, apresentou uma proposta para o encaminhamento das
116 discussões e votação da matéria. Disse que no momento de apresentação da emenda consultaria se
117 existiria alguma observação contrária. As propostas sem restrição seriam votadas em bloco. Caso
118 existisse restrição, a mesma iria para votação em separado com apresentação dos contraditórios
119 possíveis. A Conselheira **Patricia Boson (Indústria)** comentou que as resoluções do CNRH são
120 diretrizes gerais para os estados e que, em relação à questão da área de abrangência, deveria ser
121 observada a área de competência do respectivo comitê de bacia responsável pelo enquadramento.
122 Ressaltou que os custos advindos da resolução são referentes a implementação dos instrumentos da
123 Política de Recursos Hídricos. Portanto, isso não significaria a criação de novos custos, mas apenas
124 os custos necessários para implementação dos instrumentos de responsabilidade e previstos nas
125 instituições competentes. O Conselheiro **João Clímaco (ONG)** apresentou uma sugestão referente
126 ao acréscimo de mobilizações sociais no inciso II do artigo 7º. Não houve manifestação contrária. A
127 Conselheira **Ninon Machado (ONG)** lembrou que o Sistema Nacional de Gerenciamento de
128 Recursos Hídricos (SINGREH) é um Sistema de Estado previsto na Constituição Federal, portanto,
129 suas resoluções são nacionais. Disse que seria preciso iniciar um processo de capacitação de todos
130 os entes do sistema para o desenvolvimento da democracia compartilhada exercida nas Câmaras
131 Técnicas do CNRH. Destacou que os custos de participação nas Câmaras Técnicas resultam em
132 muitos benefícios para a efetiva gestão das águas. Solicitou que a Secretaria Executiva do CNRH
133 contratasse um técnico especializado em redação legislativa para auxiliar na revisão das minutas de
134 resoluções e moções. O Conselheiro **João Bosco Senra (SRHU/MMA)** ressaltou a importância da
135 proposta de resolução que reflete a integração das águas superficiais e subterrâneas. Sugeriu que no
136 inciso II do artigo 7º fossem citadas ações preventivas. Não houve manifestação contrária. O Sr.
137 **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, em relação ao pedido de
138 esclarecimentos à ANA solicitados pelo Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP),
139 informou que a ANA participa da CTPOAR e durante o processo de elaboração da proposta de
140 resolução pôde fazer contribuições e esclarecimentos. A Sra. **Leila Carvalho, Presidente da**
141 **CTPOAR**, disse que o artigo 14 não estabeleceu prazo para adequação do enquadramento dos
142 corpos de água com base na legislação anterior, pois a diversidade de momentos requer que os entes
143 do sistema atuem de acordo com a realidade local. Em relação à unidade de enquadramento seria
144 sempre a bacia hidrográfica. Lembrou que a Resolução CONAMA nº 396, que dispõe sobre a
145 classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras
146 providências, considera o aquífero ou parte do aquífero com unidade de enquadramento. Em
147 seguida, o Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, colocou em votação a
148 matéria, que foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, foram colocadas em votação as
149 propostas de modificações apresentadas pelos Conselheiros, sendo a resolução aprovada na forma
150 constante do (ANEXO 3). A seguir, passou ao Item 2.2 - **Deliberação sobre proposta de**

151 **Resolução que estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das**
152 **águas subterrâneas no território brasileiro**, encaminhada pela Câmara Técnica de Águas
153 Subterrâneas (ANEXO 4), e passou a palavra ao Sr. Everton Luiz de Souza, Presidente da Câmara
154 Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS. O Sr. **Everton Luiz de Souza (CTAS)** apresentou um
155 breve histórico sobre a elaboração da proposta de resolução (ANEXO 5). Destacou que a proposta
156 de resolução seria complementar às resoluções CNRH nº 15 e nº 22 e decorrente de um longo
157 período de discussão, inclusive, conjuntamente com a CTPOAR e o envolvimento de gestores
158 estaduais de recursos hídricos subterrâneos. Ressaltou que a proposta de criação de áreas de
159 proteção e conservação das águas subterrâneas poderia ajudar a promover a integração entre a
160 gestão de recursos hídricos e a gestão ambiental. Ademais, disse que a proposta estaria alinhada
161 com a Resolução CONAMA nº 396. Finalizada a apresentação, o Sr. **Vicente Andreu Guillo,**
162 **Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu a participação do Sr. Everton Luiz de Souza (CTAS) e
163 colocou a matéria em discussão. O Conselheiro **João Bosco Senra (SRHU/MMA)** sugeriu que o
164 terceiro e o oitavo considerandos fossem aglutinados em um único considerando. Não houve
165 restrição à proposta. A Conselheira **Patricia Boson (Indústria)** mencionou que as discussões nas
166 câmaras técnicas apresentam um acréscimo substancial na qualidade das resoluções e moções.
167 Disse que seria fácil considerar que esse processo de discussão teria um custo alto, mas indagou
168 qual seria o custo para a sociedade brasileira e para o SINGREH se não ocorresse um processo de
169 discussão participativa. Solicitou que o Secretário Executivo do CNRH atuasse junto ao CONAMA
170 para promover a articulação das Políticas de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, em especial,
171 no tocante às águas subterrâneas. O Conselheiro **João Clímaco (ONG)** sugeriu que fosse
172 acrescentado no artigo 2º a possibilidade dos empreendedores promoverem estudos
173 hidrogeológicos. O Conselheiro **Rosalvo de Oliveira Junior (MIntegração)** solicitou o acréscimo
174 de um parágrafo no artigo 4º para prever que a instituição de áreas de restrição deveria observar os
175 diferentes instrumentos de organização territorial previstos na legislação. O Conselheiro **Júlio**
176 **César de Sá da Rocha (CERH/BA)** solicitou a inclusão dos princípios do poluidor-pagador e do
177 usuário-pagador no parágrafo único do artigo 10º. Disse que seria preciso procurar alternativas para
178 custeio das atividades de monitoramento das águas subterrâneas para fins de outorga. O
179 Conselheiro **José Cisino Menezes (Irrigantes)** criticou a proposta de criação de zonas de proteção
180 prevista no inciso I do artigo 1º, pois acarretaria em restrições à produção agrícola. Sugeriu como
181 alternativa a proposição de políticas de incentivo para otimização e proteção das áreas de recarga. O
182 Conselheiro **Byron Prestes Costa (MJustiça)** destacou que o CNRH apresentava uma forte diretriz
183 técnica nas suas deliberações. Em relação aos possíveis conflitos de competências do CNRH e
184 CONAMA, sugeriu que o Ministério do Meio Ambiente realizasse consulta à Consultoria Jurídica
185 do MMA para dirimir as dúvidas suscitadas. O Sr. **Everton Luiz de Souza (CTAS)** disse que as
186 zonas de proteção dentro das áreas de recarga teriam como objetivo criar zonas pontuais dentro das
187 áreas de recarga que teriam efeito de proteção. Em relação aos possíveis conflitos com a atividade
188 agrícola, lembrou que a definição dessas zonas de proteção deveria ser feita pelos comitês de bacia
189 e constar do respectivo plano de bacia. Disse que a proposta de resolução não restringia a
190 participação de empreendedores na elaboração dos estudos hidrogeológicos. O Conselheiro **José**
191 **Cisino Menezes (Irrigantes)** disse que reconhece a importância da matéria, mas que caso sua
192 emenda não fosse aceita, ele teria que solicitar pedido de vista da matéria. O Conselheiro **Manoel**
193 **Imbiriba Júnior (CERH-PA)** disse que a questão apresentada pelo Conselheiro José Cisino
194 Menezes seria de cunho conceitual e solicitou ao Conselheiro José Cisino Menezes que declinasse
195 do pedido de vista. O Conselheiro **Júlio César de Sá da Rocha (CERH/BA)** disse que no seu
196 entendimento a matéria já estava em fase de votação, portanto não seria possível o pedido de vista.
197 O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, explicou que a matéria estava em
198 discussão e não teria sido iniciado o processo de votação. O Conselheiro **Flávio Antônio Neiva**
199 **(Concessionárias)** sugeriu que durante o intervalo para o almoço fosse acordada uma proposta de
200 consenso para apresentação da sugestão do Conselheiro José Cisino Menezes. O Conselheiro **José**

201 **Cisino Menezes (Irrigantes)** acordou com a proposta de encaminhamento e disse que iria
202 juntamente com o Sr. Everton Luiz de Souza elaborar uma nova proposta de redação. O Sr. **Vicente**
203 **Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, disse que a matéria voltaria para discussão após
204 a solenidade comemorativa dos 10 anos de instalação do CNRH. Posteriormente, a Conselheira
205 **Patricia Boson (Indústria)** solicitou informações sobre o encaminhamento ocorrido na XIX
206 Reunião Ordinária do CNRH referente à matéria apresentada pela Câmara Técnica de Integração da
207 Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST. Mencionou
208 que o Plenário do CNRH decidiu por solicitar pareceres da Câmara Técnica do Plano Nacional de
209 Recursos Hídricos - CTPNRH e da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos e Ações de
210 Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Disse que as respectivas Câmaras Técnicas já haviam
211 encaminhado resposta à Secretaria Executiva do CNRH. Portanto, solicitou que a Secretaria
212 Executiva apresentasse ao Plenário do CNRH as manifestações de ambas as Câmaras Técnicas.
213 Sendo assim, solicitou que essas manifestações fossem ponto de pauta da próxima reunião do
214 CNRH. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, informou que o
215 Plenário do CNRH solicitou às duas Câmaras Técnicas que se manifestassem sobre a minuta de
216 resolução apresentada pela CTCOST. Entretanto, a CTPNRH produziu uma proposta de resolução
217 alternativa, a qual, posteriormente, recebeu o referendo da CTPOAR. Desta forma, a Secretaria
218 Executiva do CNRH decidiu por encaminhar a matéria para análise pela CTCOST. Informou ainda
219 que, quando a CTCOST finalizar a discussão da proposta alternativa de resolução, essa seria
220 encaminhada para o Plenário do CNRH. O Conselheiro **Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP)**,
221 Presidente da CTCOST, informou que a Câmara Técnica já iniciou as discussões sobre a proposta
222 de substitutivo encaminhada pela CTPNRH. Mencionou que a CTCOST criou um Grupo de
223 Trabalho para análise da proposta encaminhada pela CTPNRH, bem como as considerações sobre a
224 proposta de resolução da CTCOST encaminhadas por um grupo de Conselheiros do CNRH. Disse
225 que na última reunião da CTCOST os seus membros decidiram por encaminhar ofício ao Secretário
226 Executivo do CNRH (**ANEXO 6**) solicitando a retirada da pauta do Plenário o processo de análise
227 da proposta de resolução que “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos
228 de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira” até que a CTCOST faça
229 uma completa avaliação dos documentos recebidos, os quais trouxeram importantes intervenções.
230 O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, disse que iria procurar dar o
231 encaminhamento solicitado de acordo com o regimento interno do CNRH. Nesse momento, 12h40,
232 foi dado um intervalo para o almoço. O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do**
233 **CNRH**, informou que a reunião seria reiniciada após o intervalo do almoço com a sessão solene.
234 Às 14h30 foi iniciada a sessão de comemoração dos 10 anos de instalação do Conselho Nacional de
235 Recursos Hídricos. Criado pela Lei nº 9.433, de 1997, o Conselho teve sua primeira reunião – de
236 instalação – no dia 05 de novembro de 1998. Para compor a mesa dessa solenidade foram
237 convidados o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Presidente do CNRH, Sr. Carlos Minc,
238 Secretário Executivo do CNRH, Sr. Vicente Andreu Guillo, o Diretor-Presidente da Agência
239 Nacional de Águas, Sr. José Machado, o Ministro José Sarney Filho, o Secretário-Executivo do
240 Conselho Nacional da Água de Portugal, Sr. Antônio Eira Leitão e o Coordenador Geral do Fórum
241 Nacional dos Órgãos Gestores das Águas, Sr. Júlio César de Sá da Rocha . Foi convidado o
242 Deputado José Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente – 1999/2002, para receber a homenagem
243 das mãos do Ministro Carlos Minc. O **Deputado José Sarney Filho** agradeceu a homenagem e
244 disse que era um incentivo para os atuais gestores desenvolverem um bom trabalho. Comentou que
245 o Brasil possui uma legislação sobre recursos hídricos avançada e a escolha pelos comitês de bacia
246 foi positiva para a gestão dos recursos hídricos. Ressaltou a importância de destaque para a
247 implantação da Política de Recursos Hídricos de forma integrada com a manutenção dos nossos
248 biomas. O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, saudou os membros da
249 mesa e destacou sua satisfação de que sua primeira reunião do CNRH como Secretário Executivo
250 seja a de comemoração dos 10 anos de CNRH. Destacou o trabalho de todos que, ao longo dos dez

251 anos de atividades do CNRH, contribuíram para o reconhecimento social desse Conselho. Em
252 seguida, foi realizado o lançamento da logomarca do CNRH, um elemento visual que o identifica.
253 Tal qual a visão popular sobre os recursos naturais existentes na bandeira, a logomarca seria
254 representada por gotas de água, denotando a importância dos recursos hídricos e sua gestão, ao
255 mesmo tempo em que faz referência ao Brasil. Além da logomarca, foi lançada a 6ª Edição do Livro
256 “Conjunto de Normas Legais”. Esse livro seria um periódico do Conselho e um instrumento de
257 trabalho para os técnicos da área. Compõe essa publicação as 90 Resoluções aprovadas pelo
258 CNRH, bem como suas 44 Moções e, ainda, a legislação correlata. O **Sr. Vicente Andreu Guillo,**
259 **Secretário Executivo do CNRH,** comentou que juntamente com esse livro estaria sendo lançada a
260 Revista Comemorativa dos 10 anos do Conselho, mas que não pôde ser concluída a tempo, razão
261 pela qual seria lançada na próxima reunião do CNRH. Essa revista abordaria a história do
262 Conselho, os avanços e desafios na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Para
263 lançar o novo site do CNRH, O **Sr. Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH,**
264 passou a palavra para o Sr. João Bosco Senra, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de
265 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. O Conselheiro **João Bosco Senra (SRHU/MMA)**
266 apresentou o novo site, com conteúdo ampliado e mais didático, que ajudará a sociedade a
267 encontrar informações sobre a gestão das águas e o papel do CNRH. Ressaltou que o endereço do
268 site mudou para www.cnrh.gov.br, ficando mais fácil o seu acesso, mas que o antigo endereço
269 estará funcionando e encaminhará automaticamente o usuário para esse novo endereço.
270 Posteriormente, a palavra foi dada ao Sr. Júlio César de Sá da Rocha, Coordenador Geral do Fórum
271 Nacional dos Órgãos Gestores das Águas. O Conselheiro **Júlio César de Sá da Rocha (CERH-**
272 **BA)** destacou a participação dos estados nas discussões do Plenário CNRH e de suas Câmaras
273 Técnicas. Ressaltou que as câmaras técnicas do CNRH têm produzido um diálogo produtivo para a
274 regulamentação da Política de Recursos Hídricos. Lembrou que o CNRH tem um relevante papel
275 na gestão de recursos hídricos e sua integração com o desenvolvimento sustentável. Continuando as
276 atividades comemorativas dos 10 anos do CNRH, a Conselheira **Ninon Machado (ONG),**
277 representando a Aliança do Gênero e da Água – GWA, que homenageia os 10 anos do CNRH,
278 estava procedendo ao lançamento mundial (**ANEXO 7**) de 4 cartilhas que têm como tema a
279 incorporação de gênero na gestão das águas, sendo: Visão de Gênero: o que é isso; Gênero, Água,
280 Saneamento e Saúde, Gênero, Água e Eventos Climáticos e Gênero, Água, Agricultura e Alimento.
281 Em seguida, a Conselheira Ninon Machado convidou o Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)
282 para participar da apresentação como um dos autores do projeto. O Conselheiro **Demetrios**
283 **Christofidis (MEC)** informou que as cartilhas foram desenvolvidas pelo cartunista Ziraldo e que a
284 idéia é internalizar a perspectiva de gênero e praticar a igualdade na participação da gestão. A
285 Conselheira **Ninon Machado (ONG)** agradeceu o apoio do Conselheiro João Bosco Senra na
286 promoção da questão de gênero na Política Nacional de Recursos Hídricos e ressaltou que a
287 elaboração das cartilhas faz parte das iniciativas do ano de Gênero e Água, que por sua vez se
288 insere no contexto da Década Brasileira da Água. Em seguida, foi convidado o Sr. **Antônio Eira**
289 **Leitão, Secretário-Executivo do Conselho Nacional da Água de Portugal,** para o seu
290 pronunciamento. O Sr. Antônio Eira Leitão agradeceu o convite e demonstrou grande satisfação em
291 participar da sessão de comemoração dos 10 anos de instalação do CNRH. Destacou a abordagem
292 social dos recursos hídricos como parte integrante da qualidade e da sustentabilidade da vida.
293 Ressaltou que a água assume um papel estratégico e, às vezes, de conflito, nas sociedades
294 modernas. Esse fato exige a existência de instâncias de diálogo e discussão da política de recursos
295 hídricos. Nas sociedades modernas torna-se necessário a intervenção de instituições cuja
296 pluralidade de visões, interesses e responsabilidades envolvidas possam se confrontar num
297 ambiente democrático. Sendo assim, os conselhos de recursos hídricos têm assumido um papel
298 ascendente com grande significado político. Citou um pensador português: *Não basta termos*
299 *estados democráticos, precisamos ser sociedades democráticas capazes de resguardar os bens que*
300 *nos são essenciais.* Por último, desejou que o CNRH tivesse um profícuo futuro. O Conselheiro

301 **José Machado (ANA)** cumprimentou os presentes e enalteceu o espírito público de todos os
302 conselheiros que durante esses dez anos contribuíram para o valoroso trabalho do CNRH e norteou
303 os rumos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Citou que o CNRH é uma instância
304 fundamental para implementação dos instrumentos estabelecidos na Lei 9433/97. Disse ao Ministro
305 Carlos Minc que é de suma importância o fortalecimento do CNRH para que a instância máxima do
306 SINGREH possa ter a visibilidade necessária para cumprir o seu papel. Continuando a solenidade
307 de comemoração dos 10 anos do CNRH, seguiu-se com o pronunciamento do Ministro do Meio
308 Ambiente e Presidente do CNRH. O Ministro **Carlos Minc** disse que, nos seus 10 anos de
309 atividades, o CNRH apresenta muitas realizações e conquistas, mas há um enorme caminho a ser
310 trilhado a partir desse acúmulo. Salientou que o Ministério do Meio Ambiente apóia de maneira
311 especial a gestão dos recursos hídricos. Informou que recursos do Fundo Nacional de Mudanças do
312 Clima deverão ser destinados, prioritariamente, às agendas da água e da desertificação. O Ministro
313 **Carlos Minc** mencionou que uma grande agenda para o Nordeste e o semi-árido, em 2009, está
314 sendo organizada pelo Ministério do Meio Ambiente. Ressaltou que uma das prioridades do
315 Ministério do Meio Ambiente é o saneamento básico. Disse que o esgoto sem tratamento é a
316 principal causa da poluição dos recursos hídricos e, portanto, vai trabalhar para que a agenda
317 marrom entre na pauta do Ministério. Destacou que o MMA, juntamente com o Ministério das
318 Cidades e o Ministério da Integração Nacional, participará da coordenação do Plano Nacional de
319 Saneamento, o qual deverá ter metas para dobrar a quantidade de esgoto coletado e tratado.
320 Defendeu ainda que governos e sociedade civil somem esforços para garantir a efetiva
321 implementação dos Comitês de Bacia e do instrumento da cobrança para garantir os recursos
322 necessários para a gestão dos recursos hídricos. Em relação aos múltiplos usos, comentou que o
323 Ministério do Meio Ambiente vai desenvolver esforços com o Ministério dos Transportes e com o
324 Ministério de Minas e Energia para que, no futuro, a construção de hidrelétricas seja condicionada à
325 existência de eclusas. Ressaltou que as obras de infra-estrutura hídrica e de saneamento não são
326 suficientes para resolver os problemas dos recursos hídricos no Brasil. Citou que é preciso
327 incentivar o reflorestamento das margens dos rios, a política de resíduos sólidos e a integração das
328 populações locais para garantir a gestão democrática e participativa. Por fim, o Ministro **Carlos**
329 **Minc** desejou sucesso ao CNRH e informou que estará presente em todas as suas reuniões, pois o
330 Ministério do Meio Ambiente pretende colocar a agenda dos recursos hídricos como prioridade
331 nacional. Nesse momento, foi desfeita a mesa da sessão solene e, dando continuidade à reunião, o
332 Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, solicitou a presença do Sr. Márley
333 Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH, para compor a mesa e auxiliar nos trabalhos e
334 retornou a discussão do **Item 2.2 - Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece**
335 **critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no**
336 **território brasileiro**. Antes de iniciar as discussões do item de pauta, a Conselheira **Patrícia**
337 **Bozon (Indústrias)** pediu a palavra para prestar uma manifestação de apreço aos técnicos da
338 Secretaria Executiva do CNRH que muito contribuíram para o sucesso de CNRH. Como destaque
339 entregou uma placa de homenagem ao Sr. Ednaldo Mesquita Carvalho, técnico especializado da
340 Secretaria Executiva do CNRH. A Conselheira **Patrícia Bozon (Indústrias)** ressaltou o importante
341 trabalho desenvolvido pelo Sr. Ednaldo Mesquita durante os 10 anos de funcionamento do CNRH.
342 O Sr. **Ednaldo Mesquita Carvalho (SRHU/MMA)** agradeceu e disse que gostaria de dividir a
343 homenagem recebida com os técnicos da equipe atual da Secretaria Executiva e com Flávia Barros,
344 Cristina Mascarenhas, Jacqueline Oliveira e Julio Thadeu Silva Kettelhut. Posteriormente, foi
345 retomada a discussão do item 2.2. O Conselheiro **José Cisino Menezes (Irrigantes)** disse que foi
346 elaborada uma proposta de consenso para modificação do inciso I do artigo 2º com o intuito de criar
347 incentivos ao aumento das disponibilidades hídricas subterrâneas. Dessa forma, o Conselheiro **José**
348 **Cisino Menezes (Irrigantes)** retirou o pedido de vista. Em seguida, o Sr. **Vicente Andreu Guillo,**
349 **Secretário Executivo do CNRH**, colocou em votação a matéria, que foi aprovado por
350 unanimidade. Posteriormente, foram colocadas em votação as propostas de modificações

351 apresentadas pelos Conselheiros. O Conselheiro **Júlio César de Sá da Rocha (CERH/BA)**
352 solicitou que sua proposta de inclusão dos princípios do poluidor- pagador e do usuário-pagador
353 fosse inserida nos considerandos da resolução. Com a aprovação das emendas a resolução foi
354 aprovada conforme **(ANEXO 8)**. Passou-se então ao **Item 2.3 - Altera as competências da**
355 **CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de**
356 **1999, encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos**. O Sr. **Vicente Andreu**
357 **Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, convidou o Sr. Marco José Neves da Secretaria de
358 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano para apresentação sobre a matéria. **Sr. Marco José Neves**
359 **(SRHU/MMA)** disse que a proposta de alteração das competências da CTPNRH foi apresentada
360 inicialmente pelo Conselheiro João Bosco Senra durante a XIX Reunião Ordinária do CNRH.
361 Comentou que a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH refletiu a necessidade
362 de articulação entre os diversos âmbitos de planejamento. Salientou que a articulação entre o
363 PNRH, os planos estaduais de recursos hídricos e planos de bacia é uma estratégia de
364 implementação do próprio PNRH. Dessa forma, a proposta de resolução **(ANEXO 9)** altera as
365 competências da CTPNRH com o objetivo de propor mecanismos de articulação entre os planos de
366 recursos hídricos. O Conselheiro **João Bosco Senra (SRHU/MMA)** disse que, com a alteração, a
367 CTPNRH deverá atuar para o planejamento integrado dos recursos hídricos. Lembrou que a
368 proposta de alteração também apresenta como competência da CTPNRH o acompanhamento do
369 processo de implementação do PNRH. Ademais, solicitou o apoio de todos os conselheiros na
370 aprovação da matéria. O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, colocou a
371 matéria em discussão. A **Conselheira Ninon Machado (ONG)** disse que a proposta de resolução
372 deverá promover a transferência, aos outros órgãos colegiados do SINGREH, da rica cultura de
373 diálogo e gestão participativa desenvolvida no CNRH. Ressaltou que é preciso nacionalizar o
374 SINGREH com a articulação entre os entes do sistema e a implementação do planejamento
375 integrado. O Conselheiro **João Clímaco (ONG)** disse que a importância da integração do
376 planejamento em recursos hídricos é recorrente, mas falta eficiência na implementação do PNRH.
377 Destacou que a Agência Nacional de Águas - ANA vem elaborando os chamados planos
378 estratégicos de recursos hídricos, mas, de acordo com a legislação brasileira, o instrumento legal de
379 planejamento seria o plano de bacia. Por último, solicitou que a Secretaria Executiva do CNRH
380 providencie convite aos representantes da ANA para apresentarem no Plenário do CNRH as
381 informações e os objetivos dos planos estratégicos de recursos hídricos. Em seguida, O Sr. **Vicente**
382 **Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, colocou em votação a matéria, que foi aprovada
383 por unanimidade, sem alterações. A seguir, passou-se ao **Item 2.4 – Regulamenta o inciso II do**
384 **art. 35 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, encaminhada pela CT de Análise de Projeto**.
385 O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, convidou o Sr. Márley Caetano de
386 Mendonça, Presidente da Câmara Técnica de Análise de Projeto para apresentar a matéria. O Sr.
387 **Márley Caetano de Mendonça (CTAP)** disse que, com a aprovação da Lei 9433/97, o Poder
388 Executivo Federal abriu mão do direito de regulamentar essa lei por meio de decreto, considerando
389 o espírito participativo da gestão e as atribuições do CNRH de regulamentação da lei por meio de
390 suas resoluções. O CNRH vem cumprindo essa missão, entretanto, alguns dispositivos da Lei
391 9433/97 ainda carecem de regulamentação. Citou o inciso II do art. 35 e o parágrafo único do artigo
392 38. Assim, a referida proposta **(ANEXO 10)** de resolução é necessária para estabelecer regras claras
393 e isentas sobre o processo de arbitramento pelo CNRH, previsto naquele dispositivo, considerando
394 os seus vários aspectos: admissibilidade, formação, análise, contraditório e decisão final do
395 Plenário do Conselho. O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, colocou a
396 matéria em discussão. Não houve manifestações. Em seguida, a matéria foi colocada em votação,
397 sendo aprovada por unanimidade, sem alterações na proposta de resolução. A seguir, o Sr. **Vicente**
398 **Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, solicitou ao Sr. **Márley Caetano de Mendonça,**
399 **Gerente de Apoio ao CNRH**, a verificação do quorum. Foi verificado que, naquele momento, não
400 havia quorum para deliberação. A **Conselheira Ninon Machado (ONG)** lamentou que muitos

401 conselheiros não tivessem permanecido até o término da reunião. Lembrou que muitos conselheiros
402 criticam o CNRH e suas Câmaras Técnicas, mas não participam efetivamente das sessões plenárias.
403 Ressaltou seu desapontamento e pediu que fosse registrado que a reunião deliberativa foi suspensa
404 por falta de quorum. Lembrou que é preciso comprometimento com a gestão dos recursos hídricos
405 para ser conselheiro do CNRH. A Conselheira **Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (CERH-**
406 **DF)** solicitou que a proposta de moção que recomenda princípios e prioridades de investimento em
407 ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos, encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência
408 e Tecnologia fosse incluída na pauta da próxima reunião do CNRH. O Sr. **Vicente Andreu Guillo,**
409 **Secretário Executivo do CNRH,** consultou aos presentes sobre a manutenção da apresentação
410 sobre Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água na presente reunião. Ficou acordado
411 que essa apresentação seria transferida para a próxima reunião do CNRH. A seguir, passou aos
412 **INFORMES.** O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH,** apresentou os
413 seguintes informes: Em virtude de viagem ao exterior como representante da SEP/PR no “II Road
414 Show”, o Conselheiro José Di Bella Filho justificou sua ausência na presente reunião do CNRH; O
415 envio do documento elaborado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -
416 CONSEA, contendo recomendações relativas ao acesso à água nas seguintes perspectivas: uso da
417 água na agricultura; acesso à água no semi-árido; abastecimento de água e esgotamento sanitário
418 nos domicílios e nas escolas públicas de educação básica; e participação social na gestão dos
419 recursos hídricos. Chamou a atenção para os cuidados ali apontados para que se tornem boas
420 práticas nas áreas em que trabalhamos; Informou sobre a 1ª Conferência Nacional de Saúde
421 Ambiental, que será realizada no segundo semestre de 2009. O grupo interministerial que a
422 organiza definiu que o CONAMA teria 5 vagas e o CNRH 3 vagas, para seus conselheiros
423 comporem a Comissão Organizadora. Assim, estaremos realizando consulta aos nossos
424 conselheiros quanto ao interesse em participar deste grupo. A próxima reunião preparatória será no
425 dia 14/11; Nos dias 03 e 04 de dezembro, será realizada uma oficina com todas as câmaras técnicas
426 com o intuito de avaliar e planejar suas atividades; solicitamos a atenção para que os senhores ou
427 seus representantes nas câmaras técnicas participem desse evento; Ainda, no âmbito das
428 comemorações dos 10 anos do CNRH, será realizado o Seminário Perspectivas para a Cobrança
429 pelo Uso dos Recursos Hídricos no Brasil, nos dias 08 e 09/12 no Rio de Janeiro, cujo objetivo
430 principal será analisar o estágio atual da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos no Brasil, as
431 perspectivas futuras deste instrumento e os modelos institucionais de gestão dos recursos da
432 cobrança, com ênfase nos setores usuários; No mês de dezembro haverá Reunião Extraordinária do
433 CNRH, para a qual contamos com a participação de todos, pois terá uma pauta robusta, com
434 assuntos que envolvem o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Informou, ainda, que a Conselheira
435 Rosa Mancini (CERH-SP) não pode comparecer a presente reunião em razão de problemas de
436 saúde na família. O Conselheiro **João Clímaco (ONG)** informou que seria organizado, no início de
437 2009, o quinto encontro da sociedade civil nos comitês de bacia hidrográfica. Disse que um dos
438 objetivos do encontro é debater a estratégia de atuação nas câmaras técnicas. O Conselheiro **João**
439 **Bosco Senra (SRHU/MMA)** informou que entre os dias 2 e 6 de dezembro de 2008 a cidade de
440 Brasília sediará o maior evento mundial de Engenharia. O 3º Congresso Mundial de Engenheiros -
441 WEC2008: World Engineers Convention tem como tema "Engenharia: Inovação com
442 Responsabilidade Social". Disse, ainda, que a cidade de Foz do Iguaçu (PR) sediará, de 23 a 25 de
443 novembro o Fórum de Águas das Américas. O evento contará com representantes de mais de 30
444 países e servirá de preparação para o Fórum Mundial da Água, que acontece na Turquia, em março
445 de 2009. O fórum regional é promovido, entre outras entidades, pela Américas Regional
446 Consortium, a Itaipu Binacional e a Agência Nacional de Águas. Por último, informou que entre os
447 dias 4 e 7 de novembro estaria sendo realizado o II Congresso Aquífero Guarani, em Ribeirão Preto
448 (SP), uma promoção do Ministério do Meio Ambiente. Aproveitou a oportunidade para solicitar
449 espaço para apresentação, na próxima reunião do CNRH, sobre o Projeto Aquífero Guarani e os
450 resultados da Expozaragoza. O Conselheiro **Rosalvo de Oliveira Junior (MIntegração)** disse que

o Ministério da Integração Nacional vai promover, em dezembro, o Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no Mercosul e na União Européia. O Conselheiro **Dalto Favero Brochi (Comitês)** disse que neste mês o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ comemorará 15 anos de funcionamento e está elaborando seu plano de bacia para o horizonte 2008-2020. Mencionou que o Consórcio PCJ deverá assumir a secretaria técnica da Rede Latinoamericana de Organismos de Bacia. A Conselheira **Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (CERH-DF)** disse que no dia 12 de outubro foi realizado o Workshop Tecnologia Nacional para o Monitoramento Hidrológico. O Evento foi uma promoção da ANA, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e da Câmara Técnica de Ciência Tecnologia. A Conselheira **Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes (CERH-AL)** informou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF aprovou, em sua última reunião plenária, os mecanismos de cobrança na bacia. Ressaltou a importância da participação de representantes do CBHSF nas câmaras técnicas de outorga e cobrança do CNRH para discutir essas questões com apoio das câmaras técnicas do CNRH. O Sr. **Vicente Andreu Guillo, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu o apoio de todos os técnicos da Secretaria Executiva na realização da presente reunião e reiterou a justa homenagem prestada ao Sr. Ednaldo Mesquita Carvalho. Não havendo mais inscritos, passou ao **ENCERRAMENTO**. Assim, às 17h05 min, declarou encerrada a XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Ministro Carlos Minc, Presidente do CNRH.

Ata aprovada na Reunião ----- do CNRH, realizada em -----

Carlos Minc
Presidente

Vicente Andreu Guillo
Secretário Executivo